

# APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

1997

- Em agosto de 1997 é lançada em São Paulo a “Campanha dos Estudantes pelo Desarmamento – Sou da Paz”, que foi liderada por alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, apoiados pela UNE, UBES, OAB, ILANUD, Comissão de Justiça e Paz, além de personalidades jornalísticas, políticas e artísticas. Em 10 de dezembro de 1997, Dia Internacional dos Direitos Humanos, 1.721 armas, recolhidas durante apenas 12 dias na primeira campanha do desarmamento do país, foram destruídas na Praça da Sé. Destes esforços iniciais surge o Instituto Sou da Paz, fundado em 1999, e outras regiões do país aderem às mobilizações pelo desarmamento, destacando-se, no Rio de Janeiro, a organização Viva Rio, também pioneira no debate de controle de armas e munições.

1999

- Em maio de 1999, durante a gestão do presidente **Fernando Henrique Cardoso**, o então Ministro da Justiça Renan Calheiros apresentou a minuta de um projeto de lei que limitava o comércio de armas apenas para as Forças Armadas, empresas de segurança privada e órgãos de inteligência. O Projeto de Lei nº 1.073/1999, originado da proposta do Ministro da Justiça, é enviado em junho ao Congresso Nacional.

2000

- Entre janeiro de 2000 e julho de 2002, só a ONG Viva Rio realizou (ou correalizou) pelo menos seis mobilizações em prol do desarmamento, entre elas as campanhas “Arma Não! Ela ou Eu”, dedicada às mulheres, e “Mãe, Desarme seu Filho”, em parceria com o Grupo Cultural Afro Reggae e o rapper MV Bill. Em São Paulo, o Instituto Sou da Paz, por sua vez, desenvolveu durante todo o ano de 2002 o projeto Brasil sem Armas, que realizou seminários, elaborou cartilhas que ensinavam o passo-a-passo de uma campanha de recolhimento de armas e produziu um grande ato público no dia 9 de julho, com shows, culto ecumênico, destruição de armas e passeata.

2003

- Com a eleição de **Luiz Inácio Lula da Silva** à Presidência da República em 2003, a discussão acerca da proibição do comércio de armas é retomada, em muito incentivada pelo Secretário Nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares.
- Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP) é o relator na CCI no início de outubro de 2003.
- Manifestantes (Sou da Paz) a favor do desarmamento acendem 9.969 velas na Praça da Sé (centro de São Paulo). As velas representavam as pessoas mortas por armas de fogo no país nos últimos três meses, tempo em que o Estatuto do Desarmamento tramitou na Câmara dos Deputados.
- Lula sanciona o Estatuto do Desarmamento em dezembro.

2005

- A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprova o projeto que marca para 2 de outubro o referendo sobre o fim da comercialização de armas de fogo no país. Pelo texto, a pergunta é: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”
- A proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi rejeitada. Com o resultado, continuam em vigor todas as demais disposições do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826), promulgado em 23 de dezembro de 2003, que já restringe a posse e uso de armas de fogo às corporações militares e policiais, empresas de segurança, desportistas, caçadores e pessoas autorizadas apenas pela Polícia Federal.

2007

- Supremo Tribunal Federal valida a constitucionalidade da Lei nº 10.826/2003 em maio de 2007, contrariando uma das primeiras ofensivas contra o Estatuto, liderada por alguns partidos políticos, Adepol (Associação de Delegados de Polícia do Brasil) e ANPCA (Associação Nacional de Proprietários e Comerciantes de Armas), além de empresas de segurança privada, praticantes de caça e tiro esportivo, entre outros.

